

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.054 - SC (2018/0118934-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : EDMIR DE CAMPOS GUIMARÃES  
**RECORRENTE** : MÁVIA APARECIDA ARAÚJO BITTENCOURT  
**RECORRENTE** : RODRIGO DE ARAÚJO GUIMARÃES  
**ADVOGADOS** : LEONIR BAGGIO - SC006178  
JULIANO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - SC016790  
STÉFAN SANDRO PUPIOSKI - SC016485  
MARCAL GERALDO GARAY BRESCIANI - SC017139A  
**RECORRENTE** : JURANDIR DE ARAÚJO FILHO  
**ADVOGADOS** : RENATO SERPA SILVERIO - PR023142  
EDUARDO DE MELLO E SOUZA - SC011073  
**RECORRENTE** : IVETE MARIA MACIEL ARAÚJO  
**RECORRENTE** : AIRTON CÉSAR HINTZ - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : HELDER ALEXANDRE HINTZ - INVENTARIANTE  
**RECORRENTE** : RENATO SERPA SILVERIO  
**ADVOGADOS** : WALTER BORGES CARNEIRO - PR022741  
GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK - PR031435  
**RECORRENTE** : ADENILSO BIASUS  
**RECORRENTE** : ANACLETO LISTONI  
**RECORRENTE** : RUY CARLOS HAUPT DE BITTENCOURT  
**ADVOGADOS** : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090  
MAURÍCIO GIANNICO - SP172514  
SAMUEL MEZZALIRA - SP257984  
STEFANIA LUTTI HUMMEL - SP330355  
JULIANE YAMAMOTO DA SILVA - SP376365  
**RECORRENTE** : INDÚSTRIA DE MADEIRAS TOZZO S/A  
**RECORRENTE** : AGROFLORESTAL TOZZO S/A  
**RECORRENTE** : ALCIDES TOZZO  
**ADVOGADOS** : AFONSO FLORES DA CUNHA DA MOTTA - RS051785  
PAULO RICARDO FRANCESCHETTO JUNQUEIRA - RS047749  
EDUARDO FRANCESCHETTO JUNQUEIRA - RS051378  
ROBERTO MAJÓ DE OLIVEIRA - RS057606  
**ADVOGADOS** : DÉBORA BRITO D'ALMEIDA - DF016540  
FÁBIO MEDINA OSÓRIO - DF029786  
SHEILA FABIANA SCHMITT - SC046773  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**EMENTA**

RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO POSSESSÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DESCUMPRIMENTO. LIQUIDAÇÃO. CRITÉRIO DE CÁLCULO. DATA DO DANO. DATA DO LAUDO PERICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE. VERBA HONORÁRIA. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.

1. Recursos especiais interpostos contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Trata-se de ação rescisória que busca a desconstituição de decisão proferida em liquidação de sentença.
3. Os recursos especiais têm a maioria dos pontos em comum, de modo que as

questões controvertidas podem ser assim resumidas: (i) se ocorreu negativa de prestação jurisdicional; (ii) se a interpretação dada aos artigos 1.541 e 1.543 do Código Civil de 1916 pela decisão de liquidação é de tal modo aberrante que configure hipótese de violação de literal disposição de lei apta a embasar o juízo de procedência da ação rescisória; (iii) se era caso de procedência da ação rescisória também por ofensa à coisa julgada e (iv) se, caso mantido o acórdão recorrido, há necessidade de majoração da verba honorária arbitrada em favor dos autores.

4. O ponto central da controvérsia reside em saber se o preço ordinário do valor das árvores indevidamente cortadas deve ser aquele da data do dano ou aquele da data atual (da elaboração do laudo pericial).

5. Os dispositivos legais invocados na ação rescisória não indicam em seus comandos normativos qual seria o parâmetro temporal para aferição do "*preço ordinário*" da coisa a ser desembolsado para fins de indenização.

6. Não prospera o pedido rescisório, quando embasado em dispositivo legal vago, que comporta mais de uma interpretação possível, dando ensejo a debates doutrinários e/ou jurisprudenciais.

7. A viabilidade da ação rescisória por ofensa de literal disposição de lei (artigo 485, inciso V, do CPC/1973) pressupõe violação frontal e direta da literalidade da norma jurídica. Precedentes.

8. Não tendo a sentença que transitou em julgado definido os detalhes da liquidação, mormente no tocante ao critério para aferição do valor das árvores - se da época dos fatos ou da liquidação do dano -, não há como se cogitar de ofensa à coisa julgada pela decisão de liquidação.

9. O provimento dos recursos especiais a fim de julgar improcedente a ação rescisória enseja a perda de objeto do recurso especial adesivo que pretendia a majoração da verba honorária.

10. Recursos especiais providos e recurso adesivo prejudicado.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma, por unanimidade, dar provimento aos recursos especiais e julgar prejudicado o recurso adesivo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Aurélio Bellizze, Moura Ribeiro (Presidente), Nancy Andrichi e Paulo de Tarso Sanseverino votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de março de 2019(Data do Julgamento)

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator